



POLÍTICAS EDUCACIONAIS EM CONTEXTO DE LUTAS E RESISTÊNCIAS

Joelma Inês Evangelista¹

INTRODUÇÃO

Essa discussão tem como objetivo resenhar o livro: Políticas Educacionais Democráticas em Tempos de Resistência, organizado por Carina Elisabeth Maciel, Marcilene Pelegrine Gomes e Romilson Martins Siqueira e publicado por meio da Biblioteca Virtual da Associação Nacional de Políticas e Pesquisadores da Educação (ANPAE) em 2021, é resultado do XI Seminário Regional da ANPAE Centro-Oeste: Políticas Educacionais Democráticas em tempos de Resistências, realizado em 2020, na Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Os autores dos capítulos são associados da ANPAE e representantes dos Programas de Pós-Graduação das Universidades da região Centro-Oeste, o que representa uma grande contribuição para o enriquecimento das produções regionais. O livro foi dividido em dois eixos: I- Educação Superior: Políticas, Gestão e Novas Formas de Regulação- que conta com quatro capítulos e o eixo II- Educação Básica: Gestão, Currículo e Novas Formas de Regulação- que conta com sete capítulos. Destarte, teceremos breves considerações acerca do que cada um dos capítulos nos apresenta.

AS DISCUSSÕES FOMENTADAS

O eixo I - Educação Superior: políticas, gestão e novas formas de regulação, inicia-se com o capítulo - Políticas, gestão e novas formas de regulação da Educação Superior: Reconfigurações, Tensões e Desafios um

¹ Mestra em Educação pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Acadêmica de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS. Membro e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas de Educação Superior - Mariluce Bittar - GEPPES/MB. E-mail: Joelma_ines@hotmail.com.

estudo realizado pelo professor Dr. João Ferreira de Oliveira, evidencia a trajetória da (des)regulamentação de políticas educacionais em virtude da conjuntura político/presidencial do Brasil apresentadas nas primeiras décadas desse século, nas palavras de Oliveira (2021), o que se tem vivenciado no âmbito da Educação Superior configura-se em um cenário de desdobramentos, continuidades e descontinuidades.

Para Oliveira (2021) a articulação política do Estado na educação é cada vez mais nítida, reguladora e monopolizadora com uma forte tendência mercadológica da Educação Superior já colocada em prática, alerta que essa nova lógica de reconfiguração desse nível educacional tende a apropriar-se do conhecimento produzido por cientistas a fim de promover ações mercadológicas, as áreas de investimento dos cursos de graduação e pós-graduação também sofrem impactos nesse sentido, visto que os interesses pró-mercado são colocados em primeiro lugar do que questões filosóficas e sociais entende-se, que isso impacta negativamente nas metas e estratégias propostas no Plano Nacional de Educação (PNE) vigente, ao qual não apresentou os avanços esperados.

Esses impactos negativos afetam também o acesso de grupos vulneráveis à educação superior, em virtude das políticas de massificação, democratização que foram materializadas a partir da luta e articulação de movimentos sociais, agora estão sendo colocadas em risco, o desmantelamento dos direitos e o desrespeito a cátedra das Universidades públicas acendem sinais de alerta, em que os movimentos e ações de resistência precisam a cada dia a mais manterem-se organizados.

O capítulo II segue intitulado como: A Educação Superior como um Direito e o Papel da EAD, produzido pela professora Dra. Mirza Seabra Toshi, destaca a princípio que os direitos são construídos a partir de lutas intensas de nossos antepassados, onde muitos tiveram seus sangues derramados ou sofreram espoliações em busca da materialização desses direitos, que na atual conjuntura seguem sendo desmantelados desde o golpe de 2016.

Em suas discussões destaca o cenário evidente da entrada de capitais



privados na educação superior, conglomerados educacionais que se beneficiam das políticas do Estado de flexibilização da Educação à Distância (EaD), um setor que já ocupa de acordo com Oliveira (2021) 75% das matrículas na educação superior, os pólos EaD tem ganhado destaque ao ofertarem parcelas com valores baixos, contudo, o que se questiona, é a qualidade da educação ofertada, uma vez que a aparente preocupação de muitos desses conglomerados educacionais, é o lucro.

Toshi (2021) destaca que o direcionamento dos recursos a programas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI), contribuem para a financeirização dos setores privados atuarem na educação superior, essas verbas poderiam ser investidas nos campus das Instituições de Educação Superior (IES) públicas para promover a abertura de novas vagas, embora, o que se constata é a mercadorização cada vez mais intensa desse nível educacional.

O capítulo seguinte traz como título: Avanços e Desafios da/para Expansão do Acesso à Educação Superior no Brasil, estudo frutificado dos estudos da professora Dra. Carina Elisabeth Maciel e pelo professor Ms. Mauro Cunha Júnior. O capítulo III apresenta a discussão inicial do contexto político dos anos 2000 e como as políticas em processo de implementação contribuíram para fomentar a expansão do acesso à Educação Superior, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a Lei de Cotas nº 12.711/2021, bem como planos voltados para as IES privadas como o PROUNI e FIES.

Embora haja um movimento de expansão e ampliação do acesso à educação superior pública, a partir da implementação das políticas sancionadas no governo Lula (2003- 2010) que aderiu o discurso da inclusão na educação superior em sua estratégia política, a partir das análises expostas fica em evidência um crescimento desigual entre IES públicas e privadas, que favorece o segundo grupo, visto que o mesmo concentra o maior número de matriculados, todavia, os autores indicam as mudanças sentidas nos campi das IES públicas com a implementação REUNI e a Lei de

Cotas e as políticas de permanência do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Os resultados dessas políticas foi um campus mais representativo na composição étnico-racial e socioeconômica nas IES públicas e privadas, o que preocupa os pesquisadores é os dados apresentados, visto que os aumentos das vagas não representam o mesmo resultado nas conclusões, destacando um aumento da evasão dos acadêmicos, o que se verifica a necessidade de aprimorar as políticas de permanência em curso para que os acadêmicos obtenham todas as etapas do acesso: o ingresso, permanência e conclusão do curso escolhido.

No capítulo IV, com o título Educação a Distância no Brasil: COVID-19, Desafios Emergentes e Qualidade da Educação, elaborado pelas professoras Dra. Daniela da Costa Britto, Dra. Kátia Morosov Alonso e Dra. Adda Daniela Lima Figueiredo, suscitam discussões e reflexões acerca das políticas e decretos educacionais sancionados em contexto de pandemia, é um fato que a educação no Brasil não foi preparada tecnologicamente para atender as necessidades emergentes que a pandemia da COVID-19 acarretou, e a falta de instruções e verbas por parte do Ministério da Educação (MEC) contribuiu para o aumento das dificuldades de aprendizado dos estudantes.

As discussões no texto apresentam a importância de se entender as diferenças entre o que é a EaD e o Ensino Remoto Emergencial (ERE), uma vez que o cenário pandêmico despertou uma vinculação errônea entre o uso dos termos, as autoras destacam que o ERE é um estado emergencial e provisório das metodologias e currículo educacional elaborado para o ensino presencial que foi “adaptado” durante a pandemia a fim de atender os decretos educacionais publicados na tentativa de promover a continuidade do ano letivo, mas é um mecanismo que atua no improviso e despreparo tanto dos profissionais, dos estudantes e quanto o funcionamento das plataformas on-line utilizadas, portanto não deve ser confundido com EaD, visto que essa modalidade possui toda uma estrutura e amparo tecnológico pensado e estruturado para o estudo e ensino de on-line.



O eixo II possui o seguinte título: Educação Básica: Gestão, Currículo e Novas Formas de Regulamentação, inicia-se com o capítulo V do professor Dr. Luiz Fernando Dourado e Dr. Romilson Martins Siqueira, mediante o título: A Educação Infantil no Campo de Disputa Entre o Direito Social e o Mercado, apresenta a discussão do acesso à educação infantil que deveria ser materializado como um direito social e não ser correlacionado a uma política de assistência, há ainda nesse nível educacional a disputa do mercado que desregula o ideal de aprendizado crítico, construtivo e pensativo, para as demandas pró-mercado que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é congruente.

Os autores destacam o caminho de luta que a educação deve passar para garantir direitos sociais e tecem metas de mudanças para essa agenda como: Democratizar o acesso, combater a exclusão, expansão com qualidade, gestão dos recursos, identidade e articulações, valorização dos profissionais e construção de uma política para a infância na cidade.

O capítulo VI, Gestão do Conhecimento: Base Nacional Comum Curricular, Interesse e Projetos de Sociedade escrito pela professora Dra. Adriana Almeida Sales de Melo nos alerta para a necessidade de políticas de recuperação e reconstrução da educação brasileira, o produto é elaborado a partir da construção da BNCC e da formulação de audiências de consulta pública, formação de conselhos e reuniões públicas que contribuíssem para pensar, orientar e construir a BNCC para o país.

A autora destaca a resistência de alguns grupos para com a formação da BNCC, mas o que se denota realmente é o caráter de mudanças na construção das políticas a partir do golpe de 2016. Há um direcionamento das políticas para as tendências neoliberais, a BNCC acabou sendo aprovada e sancionada de modo fragmentado, e todo o contexto de participação social que tinha sido construído já não se apresentava mais. A implementação de reformas fomentadas pelo governo Temer (2016-2018) desregulamentou o contexto de lutas e políticas sociais que vinham sendo materializadas, o setor da educação emerge de movimentos de resistência que promovam o



reconhecimento, a valorização do currículo construído e do saber dos professores.

O capítulo VII, discorre sobre a Autonomia do Trabalho Docente em Tempos de BNCC, por Dra. Marcilene Pelegrine Gomes, professora adjunta da UFG, aponta para a perda de autonomia do professor a partir da análise das propostas da BNCC, que é construída por meio de uma teia de interesses de diferentes setores, sob o discurso de integrar a educação nacional. Na verdade, o que se evidencia é que são poucos os que estão interessados em resolver os problemas estruturais que tangem o ambiente escolar e a condição de trabalho dos professores.

Ao avaliar os alunos por meio de competências e habilidades, ignoram a individualidade da aprendizagem de cada aluno, desvalorizam o conhecimento do professor e ferem sua autonomia ao forçar a seguir uma estrutura curricular engessada aos interesses de um determinado setor, o que se pode observar das políticas em curso, é que cada momento fica mais nítido e fácil a entrada do capital na educação básica.

O capítulo VIII foi elaborado pela professora Dra. Marilda de Oliveira Costa e pela Ma. Samára Assunção Valles Jorge, com o título: Decorrências da BNCC e do “Novo” Ensino Médio para a Implantação do Documento de Referência Curricular em Mato Grosso. A discussão tem a finalidade de analisar e apontar o processo de elaboração do Documento Referencial Curricular (DCR) para o Estado do Mato Grosso alinhado a proposta do novo ensino médio articulada pela BNCC.

A autora apresenta como esse processo se deu em meio aos interesses de grupos privados formado pelo Movimento pela Base, bem como membros do Instituto Reúna. Destaca o contexto de participação da população civil por meio de seminários, audiências, consultas públicas, bem como as dificuldades relatadas pelos professores ao avaliar o projeto de implementação do DCR, sem levar em consideração as particularidades étnicas, culturais e diversas dos diferentes estados do país. Salienta também a rápida aprovação do projeto e questiona o direcionamento das intenções dos organismos privados

e suas articulações, concluindo a grande interferência do setor privado na esfera pública.

O capítulo seguinte, organizado pela professora Dra. Catarina de Almeida Santos, traz como título: A Militarização das Escolas Públicas do Distrito Federal e o Direito à Educação em Questão, discorre sobre o processo de imposição à implementação de Centros Cívico-Militares nas escolas públicas do Distrito Federal (DF), contrastando com o projeto elaborado em 1960 por Anísio Teixeira “Planos de Construções Escolares de Brasília”.

O texto em caráter de denúncia evidencia a imposição do governador eleito ao implementar Centros Cívico-Militares em Brasília, e ferindo a Lei de Gestão Democrática do ensino público do DF ao “entregar” a gestão aos militares, visto que os resultados apresentados denotam pouca participação de professores, diretores e até mesmo dos estudantes nas ações da gestão escolar, o que se observa de acordo com Santos (2021) é um apagamento das identidades dos estudantes e uma padronização dos mesmos que afetam principalmente a população que vive nas regiões de renda mais baixa, ou seja, a população negra.

No capítulo X, “Desemprego e Educação Profissional no Brasil: Algumas Reflexões” por Castro et al. (2021), é oriundo da mesa redonda apresentada na ANPAE Centro-Oeste 2021, e discorre sobre as imposições de políticas neoliberais na educação tendo como norte, os programas anunciados pela gestão atual denominados “Novos Caminhos” para o ensino médio e o “Future-se” para a educação superior.

Os autores asserção que a educação profissional é um meio de fomentar uma formação rápida que pode contribuir para minimizar o desemprego, contudo, compreendem que a presença neoliberal e os interesses do capital na educação interferem em diferentes setores, áreas de investimentos e tendem a priorizar as áreas e ciências que lhes promovam o lucro.

Discutem também a situação de crescente desemprego no país, visto que a garantia de trabalho não está mais associada a uma vida sem fome, no presente momento o trabalhador não recebe o suficiente para garantir o

mínimo para a sua família, bem como o número de pessoas com alta formação desempregadas, contribuem para a tese de que a educação, não mais pode ser vista como um sinônimo da melhoria na condição de vida dos indivíduos.

Por fim, o capítulo XI Educação Profissional e Tecnológica e Desemprego: Algumas Considerações, de Conciani et al. (2021), nos apresenta um cenário de constante mudanças no mercado de trabalho, tanto pelo desenvolvimento industrial e tecnológico que demanda novas formas laborais, quanto das reformas trabalhistas que ceifam direitos, e as ações de flexibilização que abrem as portas para a privatização e terceirização de bens públicos.

Esses conjuntos de mudanças que favorecem os setores neoliberais contribuem para o desemprego, ao mesmo tempo, os autores apresentam e discutem dados sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sob a perspectiva desse modelo de educação, poder contribuir para uma formação profissional que integre esse indivíduo a sociedade e lhe garanta condições de vida dignas.

CONSIDERAÇÕES

As breves pontuações a respeito de capítulos que debatem o momento atual evidenciaram, em praticamente todas as discussões dos diversos autores, que o cenário de políticas construídas no Brasil, sofreu uma série de mudanças/desconstruções após o golpe de 2016.

As políticas neoliberais, a favor de privatizações e controle do capital na educação que em busca do lucro e exploração do saber científico, são mencionadas em todas as discussões aqui elegidas, acendem um sinal de alerta para a perda da autonomia, gestão e direitos no âmbito educacional para o capital.

O livro é resultado do estudo e pesquisa de acadêmicos de pós-graduação e professores Universitários e de Institutos Federais da região



Centro-Oeste e contribuem para o fortalecimento da produção regional, bem como para despertar o setor educacional, para o que está por vir e que não devemos aceitar que direitos que foram construídos com tanta luta sejam desmantelados pelo Estado.

REFERÊNCIAS

MACIEL, C. E.; GOMES, M. P.; SIQUEIRA, R. M. (orgs.). **Políticas Educacionais Democráticas em Tempos de Resistência**. [Meio Eletrônico]. Brasília, ANPAE, 2021.